

# **AOS ESTUDANTES DE LISBOA**

## **O problema da SUPERLOTAÇÃO DAS ESCOLAS e a criação de um SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL**

(ESCLARECIMENTOS SOBRE UMA PROPOSTA ELABORADA POR ELEMENTOS  
PERTENCENTES A COMISSÕES DE GESTÃO)

### **SUPERLOTAÇÃO E SELECÇÃO**

1. 1 - A existência de um número de candidatos que ultrapassa em muito as disponibilidades das escolas superiores assegurarem um ano escolar, os incidentes dos últimos exames de aptidão, a necessidade de uma reforma democrática de ensino, o trabalho desenvolvido pelo MEC e pela comissão interministerial, levaram ao aparecimento e desenvolvimento desta proposta que elementos das Comissões de Gestão pensam poder contribuir para a resolução de problemas escolares importantes.

1. 2 - Como o demonstraram os contactos feitos pela D.G. do Ensino Superior com as Comissões de Gestão das várias Escolas, torna-se neste momento impossível receber a totalidade dos candidatos de forma a poder ser-lhes ministrado um ensino em razoáveis condições pedagógicas.

1. 3 - É uma injustiça histórica que, neste momento em que a democracia se constrói em Portugal, não se possa garantir o acesso de todos os estudantes à Universidade. As dependências do planeamento, instalações e docentes qualificados é, além do próprio conteúdo do ensino, a mais pesada herança do fascismo neste campo.

Consequentemente este problema não se deve encarar como limitado a certas Escolas, é um grande problema nacional.

1. 4 - Apesar das mudanças que já se processaram, o facto do ensino ser difícilmente adaptável a curto prazo às novas exigências nacionais, levam-nos a considerar a necessidade de não iludir a população em geral e estudantil em particular, sobre as dificuldades que as estruturas herdadas farão ainda sentir por algum tempo.
1. 5 - As soluções a encarar devem permitir a reestruturação completa do ensino, de forma a criar condições que permitam o acesso a todos os graus de ensino, independentemente da origem social e da situação económica, de todos os estudantes.
1. 6 - Não é da responsabilidade dos estudantes o actual problema de ensino, sendo difícil, senão impossível, justificar quaisquer critérios de selecção que venham contribuir para dividir a juventude, sem permitir, antes adiando e agravando, as transformações no ensino que se impõem.
1. 7 - O elevado número de candidatos, embora tenha muitas causas próximas (como a forma como decorreram os exames de sétimo ano) e remotas (como o último aumento de escolaridade obrigatória) encontra a sua raiz mais profunda na forma como o ensino, em especial o secundário, está estruturado. O liceu, não dando qualquer preparação profissional, impõe como única saída a Universidade.
1. 8 - A solução a encontrar para este problema deve ter em conta a situação política actual, incluindo a realidade das Escolas Superiores. Não se pode, no entanto, optar por soluções intermédias, mas sim procurar acelerar as transformações de todos os graus de ensino (em especial o secundário), no seu conteúdo, métodos e finalidades.

## UM GRANDE PROBLEMA NACIONAL

2. 1 - A gravidade e a complexidade deste problema foi, desde o início, compreendida no Ministério de Educação e Cultura. Foi este que convocou os Conselhos de Gestão, as Associações de Estudantes, para que a discussão e as decisões a tomar se baseassem em factos concretos.

Foi igualmente este Ministério que tomou a iniciativa da formação de uma Comissão Interministerial, que possibilitou ver a extensão e as implicações deste problema a vários níveis.

A necessidade da criação de um Serviço Cívico Estudantil, encontrou por parte dos diversos ministérios (Equipamento Social e do Ambiente, da Administração interna, do Trabalho, da Economia, dos Assuntos Sociais, da Defesa Nacional e da Educação e Cultura) acolhimento favorável o que possibilitou o levantamento dos problemas sociais urgentes da população portuguesa.

O Serviço Cívico Estudantil, permitindo uma ligação maior entre os estudantes e a população, está também a ser amplamente debatido pelas actuais Comissões de Gestão de Lisboa.

2. 2 - Contribuiu decisivamente para o próprio desenvolvimento do processo, os contactos entre o Ministério do Trabalho e a Comissão Pró-UNEP, bem como as declarações do Sr. Ministro do Trabalho sobre a necessidade de um amplo Trabalho de Reconstrução Nacional.

2. 3 - Também foi importante a contribuição dos Ministérios dos Assuntos Sociais e do Equipamento Social e Ambiente, para que o conceito de Serviço Cívico Estudantil se alargasse e concretizasse.

2. 4 - As próprias propostas de Reconstrução Nacional, surgidas no seio das Forças Armadas, e os problemas que levantaria ao actual mercado de trabalho, a desmobilização de um grande número de licenciados de diversas formações, contribuíram para verificar a interligação de uma série de problemas e da sua raiz comum - a orientação distorcida da economia, da máquina de guerra e do ensino.

2. 5 - No actual momento, pode verificar-se já, que as forças reacçãoárias estão empenhadas em utilizar este problema herdado do fascismo para paralizarem as Universidades e "demonstrar" a incapacidade dos actuais órgãos do poder de resolverem o problema do ensino.

Tal facto, bem como a actuação de minorias estudantis com o mesmo objectivo, foi já denunciado várias vezes pelo próprio Primeiro Ministro.

Há que procurar soluções susceptíveis de ganhar um grande apoio popular e estudantil, e que contribuam para resolver problemas sociais urgentes e para modificar o ensino e a forma como é encarado.



## OS OBJECTIVOS DO SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL (S.C.E.)

3.1 - Esta proposta surge no seguimento de discussões entre os Conselhos de Gestão e na própria Comissão Inter-Ministerial e pode resumir-se no seguinte:

Face à dificuldade de encontrar formas de selecção justas que permitissem a entrada de uma parte dos estudantes e a ida voluntária dos restantes para o Serviço Cívico Estudantil, devem colocar-se todos os actuais candidatos em igualdade, criando-se condições que permitam uma selecção ao longo deste ano lectivo. Tal poderá ser obtido com a institucionalização do Serviço Cívico Estudantil que permita conceder, entre outras vantagens, para os que voluntariamente se ofereçam, o serem considerados como estudantes do Ensino Superior e o prosseguimento dos seus estudos universitários. O Serviço Cívico Estudantil deveria ser organizado de forma a permitir a maior colaboração possível das Forças Armadas, dos Serviços Públicos e das próprias Escolas, aproveitando o dinamismo e o desejo de mudanças da juventude para responder, se bem que limitadamente, a necessidades sociais da população, e para dar uma preparação profissional mínima a milhares de jovens que o ensino afastou da realidade concreta do país.

3.2 - Deve, no entanto, estudar-se cuidadosamente os casos de manifesta impossibilidade de colaboração directa no Serviço Cívico Estudantil, tal como o dos estudantes trabalhadores de cujo emprego depende a sua subsistência e dos estudantes regressados do serviço militar em África. Várias soluções alternativas são possíveis, tais como a existência de um "ano - piloto" com esse reduzido número, o da contribuição no processo de reestruturação dos cursos superiores, o da contribuição no próprio Serviço Cívico Estudantil, etc.. Apesar da falta de dados podemos adiantar que este problema se porá apenas em certos cursos tal como Direito, Economia e Letras.

3.4 - O serviço Cívico Estudantil, tal como o nome indica, deve abranger o maior número possível de estudantes que voluntariamente queiram contribuir para a Reconstrução Nacional, na resolução de problemas imediatos de amplas camadas populacionais. Apesar de durante o tempo lectivo vir a abranger fundamentalmente os actuais candidatos ao Ensino Superior, é de desenvolver esforços para no tempo de férias estudantes de outros anos participarem activamente no Serviço Cívico Estudantil.

3.5 - A estruturação deste Serviço Cívico Estudantil irá facilitar que, de acordo com o já preconizado pelo Primeiro Ministro, se crie um Serviço Cívico Nacional, abrangendo toda a juventude.

3.6 - Vantagens do Serviço Cívico Estudantil :

a) Permitirá que os estudantes, camada privilegiada, se apercebam das necessidades e da situação real da população, facilitando a ligação do conteúdo do ensino com a realidade concreta do país.

b) Contribuirá, mesmo que limitadamente, para quebrar o isolamento entre o trabalho intelectual e manual, e entre a cidade e o campo.

c) Contribuirá para acelerar as alterações profundas de todos os graus de ensino, de forma a colocá-lo ao serviço do Povo.

d) Ajudará a responder a necessidades sociais, que de outro modo continuariam insolúveis a curto prazo pelas dificuldades de recurso ao mercado de trabalho tradicional para certas tarefas, ganhando as populações para uma compreensão completa das alterações operadas na situação política do país.

e) Permitirá, tanto quanto possível, que os candidatos verifiquem as escolhas que fizeram e permitirá despertar-lhes vocações para cursos socialmente mais necessitados.

3.7 - O S.C.E. terá de se adaptar às necessidades da população, às possibilidades de colaboração das Forças Armadas, dos Serviços Públicos nomeadamente os que podem dar uma preparação profissional mínima, das Escolas e do actual mercado de trabalho, não contribuindo para o agravar, antes permitindo aumentar a procura actual. O S.C.E. terá de ser auxiliado para certos casos concretos, pelo recurso a trabalhadores especializados, nomeadamente no sector da construção civil. A participação dos sindicatos na sua planificação é, assim, indispensável.

O S.C.E. deve também, tanto quanto possível, satisfazer as preferências dos estudantes relativamente aos trabalhos que se lhes oferecem, considerar a idade, o sexo e a residência familiar tornando-o atractivo para os estudantes, trazendo-lhes vantagens a estudar (por exemplo, situação militar e diminuição deste serviço, facilidades de prosseguimento de estudos universitários, assegurar-se meios de subsistência, facilidades de transportes, etc.). A participação das Associações de estudantes na sua organização é, pois, necessária.

3. 8 - A determinação de todas as tarefas concretas que o S.C.E. poderá abranger não pode considerar-se acabada, apesar do trabalho produtivo da Comissão Inter-Ministerial permitir avançar desde já com as seguintes sugestões :

Aspectos ligados a problemas sanitários das populações, bem como protecção da infância e da terceira idade (estudo de doenças endémicas ou epidémicas, construção de esgotos, assistência à criação de infantários e centros de convívio de terceira idade, apoio a hospitais distritais e sub-distritais, campanhas de educação sanitária, etc.), aspectos ligados às comunicações e vias de comunicação (colaboração na melhoria das instalações da população, abertura e melhoria das vias de comunicação, controle das rendas de casa, inventário de equipamento social existente, electrificação de aldeias rurais, levantamentos topográficos, etc.); aspectos ligados à situação económica (levantamento estatístico do país, dinamização de cooperativas de produção, controle de preços, etc.); aspectos ligados à situação cultural (cadastro das condições de funcionamento de escolas e sua melhoria, colaboração na incentivação de bibliotecas populares, campanhas de alfabetização, etc.).

3. 9 - Todos os trabalhos efectuados devem ter alguma relação com os cursos para os quais os estudantes se candidataram, combatendo a ideia de que seria um mero oitavo ano liceal de trabalho, para que as próprias Escolas possam contribuir, de diversas formas conforme as suas especialidades, no trabalho desenvolvido.

3. 10 - Na impossibilidade de criação rápida duma organização que enquadre os S.C.E. na sua totalidade, a colaboração das Forças Armadas, dos Serviços Públicos, das Autarquias Locais e Casas do Povo, de Associações populares é imprescindível para o próprio desenvolvimento do Serviço Cívico Estudantil.

3. 11 - E, no entanto, possível criar uma estrutura que dirija o S.C.E., que pela sua amplitude não deveria estar dependente apenas do Ministério da Educação e Cultura. Apontamos como sugestões a criação de uma Directoria - Geral, dependência do Gabinete do Primeiro Ministro, de um Ministro militar sem pasta, o aproveitamento da actual Comissão Inter - Ministerial, etc..

## CONCLUSOES

4. - Consequentemente devem ser dirigidos esforços em várias direcções, todas imprescindíveis :

a) Aproveitar este problema concreto para lançar uma discussão pública alargada sobre o sistema de ensino fascista, os seus objectivos e organização, a sua aparente normalidade fundada em profundas injustiças sociais, mostrando a necessidade das profundas alterações que se impõem.

b) Ganhar para o S.C.E. não só a população como os docentes e estudantes de forma a garantir o completo empenhamento destes no processo democrático.

c) Aumentar a responsabilidade das Escolas Superiores sobre o seu próprio funcionamento escolar e sobre a necessidade de acelerar as alterações aos cursos ministrados, incluindo uma ligação cada vez mais estreita de escolas com o S.C.E. e a possibilidade da diminuição do número de anos dos cursos.

d) Acelerar as alterações do ensino secundário, impulsionando-o no sentido de uma via única com preparação profissional a ligação a tarefas cívicas.

e) Fazer esforços na formação acelerada de docentes, principal dificuldade técnica que não permite a entrada dos candidatos na Universidade, na construção de instalações, no alargamento da utilização de meios audio-visuais.

f) Mobilizar os (poucos) recursos existentes nas Escolas que seriam para o primeiro ano, para um tipo de trabalho diferente que ligue o ensino, tanto quanto possível, à actividade prática do S.C.E..

g) Criar aceleradamente novos cursos superiores de curta duração e que se justifiquem socialmente (Estomatologia, Jornalismo, etc.), tal que possam entrar em funcionamento no ano lectivo de 1975/76.